

O "SISTEMA DE CONVIVÊNCIA" COMO PROCESSO DE TRABALHO EXTENSIONISTA¹

CARLOS PONCIANO BARROS CAVALCANTI² e MAURO MÁRCIO OLIVEIRA³

RESUMO - Os autores propõem uma alternativa de processo de trabalho a ser adotado pela extensão rural. Fundamentam-se em experiências desenvolvidas em algumas Regiões Administrativas das EMATER's, ou sob coordenação geral e supervisão da EMBRATER, onde trabalham. Alguns parâmetros filosóficos são estabelecidos: maior integração do técnico com os produtores, ampliação de interesses comuns, prática de mecanismos de participação, opção por um processo de comunicação horizontalizado e intercâmbio de informações entre técnicos e agricultores. Adotam um conceito operacional de comunidade e apresentam uma conceituação para o que denominam de grupos naturais; esclarecem como delimitar as comunidades rurais e identificar os grupos naturais. Esses grupos passam a constituir a unidade básica da ação extensionista, mediante o processo que denominam de "convivência". Essa convivência é considerada o requisito essencial para a "troca" de experiências entre técnicos e produtores, levando-os, no dia-a-dia a definir prioridades, avaliar resultados, reprogramar as ações, etc. Propõem alguns instrumentos que facilitam essa convivência e sugerem o conhecimento, mediante diálogo, da situação dos produtores rurais.

¹ Fica aqui expressamente registrada a colaboração dos seguintes Extensionistas para a geração das idéias básicas deste documento: René Sumán, Voltaire Mesquita Cezar, José Raimundo Pereira Vasconcelos, Célio Pedro Surdi, Valter Steilen Mata, Ricardo Pinto Ribeiro e Ivan de Oliveira, todos da EMBRATER.

² Eng.^o - Agr.^o, MA e PH.D., em Comunicação Social pela Universidade de Stanford, EUA - EMBRATER, Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN), Parque Rural. - Brasília, DF.

³ Eng.^o - Agr.^o, MS em Economia pela Universidade de Brasília, DF. - EMBRATER, Brasília, DF.

THE "CO-EXISTENCE SYSTEM"
AS AN EXTENSION WORK PROCESS

ABSTRACT - The authors propose a new educational process as an alternative to be adopted by Rural Extension Agencies, based on experiences being implemented in some Administrative Regions of the EMATER and under supervision of EMBRATER, where they work. A few parameters have been established: more integration among farmers and technicians, increasing common concerns using participatory mechanisms, option for a process of horizontal communication, and interchanging information. They adopt an operational concept of community and present the concept of natural groups. They make clear how to delimitate rural communities and identify natural groups. These groups are seen as the basic unit to be contacted by extension agents through a process which they call "co-existence". "Co-existence" is then considered the essential requisite to the interchange of experiences among farmers and technicians. They also propose how to profit from this interchange and some instruments to organize the extension agents in their daily contact with farmers.

INTRODUÇÃO

A presente proposta de um Processo de Trabalho Extensionista é resultado da experiência adquirida e acumulada durante o período de acompanhamento e supervisão ao Projeto de Regiões Demonstrativas de Extensão Rural, implantado inicialmente na Região Semi-Árida do Nordeste Brasileiro.

O Projeto de Regiões Demonstrativas, anteriormente conhecido como de Inovação Metodológica, teve início em setembro de 1980, na região administrativa de Caicó, da EMATER-RN, tendo posteriormente se instalado em outros estados nordestinos. Em 1984, o Projeto abarca todo o Nordeste (excetuada a Bahia) além de Goiás.

O esforço em identificar processos de trabalho na área da Extensão Rural responde, em primeira instância, ao diagnóstico (formulado invariavelmente pelo próprio Projeto durante sua etapa de implantação) da ação extensionista de campo se encontrar "indefinida", "amorfa" ou "desestruturada". Em segundo lugar, a proposição, tal como aqui está apresentada, traduz uma tentativa de contribuir para reorientar e fortalecer a própria ação extensionista, com vistas a melhorar seu desempenho.

A justificativa de registrar o "Sistema de Convivência" como processo de trabalho extensionista se prende ao fato de a ação do Projeto de Regiões Demonstrativas ter se expandido bastante e de, em alguns estados, o Projeto Nordeste ter aceito

tal proposta como um de seus elementos constituintes, o que levará ao envolvimento de um sem-número de técnicos com tal instrumento de trabalho.

Vale salientar que o presente documento é de natureza metodológica e se destina ao uso dos extensionistas e de outros profissionais com atividades semelhantes.

A versão completa das fases deste processo de trabalho inclui:

- a) diagnóstico do processo de trabalho extensionista na região onde será implantado o Sistema de Convivência do Extensionista com o Agricultor;
- b) identificação das mudanças a serem procedidas no processo de trabalho em uso e implementação de ações a serem encaminhadas para seu ajustamento;
- c) definição e aplicação de questionário de avaliação para determinar o "momento zero" do Processo de Convivência do Extensionista com o Agricultor;
- d) implantação do Processo da Convivência do Extensionista com o Agricultor;
- e) identificação dos "grupos naturais";
- f) desenvolvimento da ação extensionista segundo o Processo de Convivência do Extensionista com o Agricultor; e
- g) avaliação final da aplicação do processo.

Dado o caráter metodológico deste documento, aqui serão abordados os tópicos e e f. Versão completa da aplicação deste processo está registrada em Rogers et al. (1984).

BASES FILOSÓFICAS E CONCEITUAIS

O Sistema de Convivência do Extensionista com o Agricultor, doravante denominado simplesmente "Sistema de Convivência"⁴, apóia-se numa base filosófica extensionista e nos conceitos de "processo de trabalho" e de "grupo natural".

⁴ A expressão "Sistema de Convivência" tem suas bases e origens na já consagrada "Convivência do Homem com a Seca", proposta da EMBRATER e EMBRAPA para o Semi-Árido nordestino. Aqui, no entanto, o significado não é de conteúdo tecnológico, como no original, mas sobretudo de cunho metodológico.

A base filosófica extensionista leva em conta o contexto histórico brasileiro atual, e essencialmente se define pela (re) aproximação do Serviço do pequeno agricultor. Os elementos componentes desta postura são:

- a) maior alocação de seus recursos para programas voltados a este tipo de produtor;
- b) ampliação de interesses comuns;
- c) prática de mecanismo de participação da população rural nos programas extensionistas;
- d) reconhecimento da potencialidade de um processo de comunicação horizontalizado; e
- e) intensificação do intercâmbio de idéias e informações entre técnicos e agricultores.

Tudo isso é insuficiente para definir objetivos específicos; constitui-se em marcos gerais que certamente orientarão o estabelecimento de fins e meios.

Estabelecidos os parâmetros filosóficos, o próximo passo é contrapor à ação extensionista indefinida, tal como já diagnosticada, um processo de trabalho estruturado. Da forma como se entende, um processo de trabalho se traduz por um conjunto de procedimentos, atividades e instrumentos, desenvolvidos e utilizados tendo por base uma doutrina de ação explícita e visando alcançar objetivos e metas explicitamente definidos. No plano administrativo implica na organização dos recursos humanos das instituições extensionistas e na alocação de recursos materiais e financeiros de uma forma coerente com os fins desejados. O "Sistema de Convivência" se define nestes termos.

Como processo de trabalho, o "Sistema de Convivência" não é inclusivo ao ponto de definir os objetivos da ação *a priori*. Entretanto, por ter nascido de uma experiência específica, concreta e localizada de supervisão do serviço, prende-se a um contexto do qual não pode ser isolado mecanicamente, sob pena de deformar-lhe toda a concepção.

Para o estabelecimento operacional do processo de trabalho, aqui denominado de "Sistema de Convivência", foi cunhada a expressão "Grupo Natural", dada sua importância, evidenciada pela experiência de campo.

Como, na literatura pertinente, a referência ao vocábulo "grupo" leva, com muita frequência, ao vocábulo "comunidade", o estabelecimento de um referencial mais apropriado indica a necessidade de, em primeiro lugar, firmar posição quanto ao que seja comunidade para, em seguida, situar o conceito de "grupo natural".

A acepção de comunidade aqui utilizada não assume o caráter amplo e difuso tal como tratada pela literatura sociológica européia — especialmente a alemã — do século XIX (Baptista 1979, Rios 1957), mas sim a que começa a tomar corpo com Galpin⁵, no início deste século, nos Estados Unidos (Rios 1957) e que, mais tarde, veio a ser adotada por seu serviço de extensão rural, então nascente. Os pontos básicos de tal conceito são os de:

- a) interação social entre pessoas;
- b) dimensão geográfica; e
- c) raio de ação de instituições e agências sociais.

Acoplando ao conceito de comunidade, estabelecido por Pinto (1980), as considerações de Rios (1957), consegue-se atender os pontos básicos lançados por Galpin. Assim, como diz Pinto, a "palavra comunidade" denota, operacionalmente, uma população que habita uma determinada porção do território, com cujo nome se identifica, e que por viver nele, desenvolve algumas coisas em comum. **É uma noção operacional, sem pretensões teóricas nem explicativas** (grifo nosso). Além do mais, pode-se agregar, para o caso presente, que a delimitação de comunidades sofre influência e deve levar em conta a própria organização do serviço de extensão rural já que o extensionista há de considerar sua capacidade de trabalho ou a da equipe que executa determinado programa, o que é também sustentado por Rios (1957: 84).

⁵ Cap IV-Charles J. Galpin é o precursor dos estudos de comunidade e, em especial, das técnicas de delimitação de comunidades, visando subsidiar ações governamentais no setor rural dos E.U.A.

Antes de passar para o conceito do grupo e de "grupo natural", é importante deixar registrada a distinção que Pinto faz entre o conceito idealizado e o real de comunidade. A noção ideal de comunidade (o dever ser) "implica conotações de 'interação afetiva', de 'unidade de objetivos e até de ações' entre os membros dessa população". O Serviço de Extensão Rural, pelas suas características e possibilidades de provocar mudanças, com muita freqüência utiliza o conceito desejado (dever ser) e não o real. Há de ficar claro que tal conceito pode ser materializado em locais específicos e por cidadãos concretos, mas ele não caracteriza todas as comunidades rurais. A interação e a unidade de objetivos e de ações devem ser vistas como resultados e finalidade de um processo mas não constituem elementos de definição do real. "E estes dois aspectos não podem ser confundidos. Faz-se mister, então, descobrir as condições necessárias para que o **dever ser** se transforme em ser. Nesta busca é fundamental identificar os interesses (sobretudo os econômicos), como fatores essenciais, para que uma população se faça comunidade. Se esta população está dividida por interesses conflitivos e às vezes irreconciliáveis, é mister admitir que ela não se pode fazer "comunidade". Numa comunidade local podem, portanto, construir-se como processo, distintas "comunidades", no sentido de uma unidade de objetivos, e ações, com base em interesses distintos..." (Pinto 1980:3).

Um grupo é, antes de tudo, constituído por um número reduzido de indivíduos. Pode se reunir espontânea ou compulsoriamente para tratar de um determinado problema, concretizar certos propósitos ou atingir determinados fins. A interação entre seus membros constitui seu núcleo essencial. Desta concepção de Rios (1957:38) pode-se estabelecer, para os limites desta proposta, que os grupos são menores do que as comunidades em termos de componentes. Assim, numa comunidade, é possível identificar um ou vários grupos que agem organicamente para resolver seus problemas e atingir suas finalidades; (Rios 1957:84). Em geral, o grupo é informal. Quando formalizado, transforma-se em associação, conselho, clube, cooperativa etc. e como tal deve ser tratado.

A diversidade classificatória dos grupos é admirável. Iniciando com Cooley, que em 1909, cunhou a expressão "grupo primário" para designar aqueles que se caracterizam pela íntima associação e cooperação face a face (Rios 1957:31), as categorias de grupo são tão variadas quanto as situações às quais se aplicam. Arce (1962:21-2) dá uma pequena amostra destas tipologias. Segundo ele, existem os "intra-grupos" x "extra-grupos", os "pequenos" x "grandes", os "operacionais" x "compulsórios", os "primários" x "secundários", os "formais" x "informais". Nesta mesma linha da abundância terminológica, o Serviço de Extensão Rural Bra-

sileiro estabeleceu e/ou aceitou no passado, os “grupos de homens” (HO), “grupos de senhoras e moças” (SM), “grupo de trabalho”, “grupo de vizinhança”, “grupo específico”, “grupo formal”, “grupo informal”, “grupo ocasional”, “grupo organizado” (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1966). Algumas destas expressões ainda encontram uso corrente.

Nesta extensa e já estabelecida lista (aqui apresentada em forma amostral) de grupos, como enquadrar o “grupo natural”? Em primeiro lugar, cumpre registrar que tal terminologia não consta da literatura consultada. O parentesco, pelo adjetivo “natural”, foi encontrado apenas em Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (1966:25), ao conceituar o “líder natural” e em Rios (1957:104), ao falar de “comunidades naturais”. Ambos, entretanto, não avançam o suficiente para contribuir na consolidação do conceito de “grupo natural”.

De todos os conceitos já formalizados, o “grupo natural” apresenta semelhanças com os grupos primários no sentido em que Ellsworth Faris enriqueceu/clareou a colocação inicial de Cooley, ou seja, de que é essencial num grupo primário o “sentimento e a experiência subjetiva da participação” (Rios 1957:32). Com isto, Faris quis chamar a atenção para o fato de o comportamento autoritário de determinados membros do grupo descaracterizá-lo como “primário”. Entretanto, o “grupo natural”, se diferencia dos exemplos clássicos dos grupos primários (a família, a escola, a igreja) por não ser permanente nem formal.

O “grupo natural” também apresenta alguma semelhança com o “grupo de interesse especial” estabelecido por Kelsey & Hearne (1966:141). A semelhança, neste caso, é no caráter teleológico e não nas suas características, já que estes autores o definem apenas como sendo um “grupo organizado em torno de um interesse comum de seus membros”, sem adiantar suas particularidades.

Nesta busca de semelhanças com o que já está estabelecido na literatura, o “grupo de amizade” ou “grupo de amigos” é o que mais se aproxima do “grupo natural”. Segundo Arce (1962:24), “o grupo informal é geralmente um grupo primário, já que as relações entre seus membros são íntimas na maioria dos casos, dando-se frequentemente face a face. A interação está mais baseada na amizade que surge do trabalho, do jogo e de alguns interesses e sentimentos comuns. Por isso se chama a miúdo estes grupos, de amizade ou de ajuda mútua”.

Com base nas semelhanças e diferenças apontadas, entende-se como “natural” o grupo formado por agricultores e seus familiares com base, fundamentalmente,

nos vínculos de amizade e afetividade, desenvolvidos entre seus membros e no seu caráter geográfico localizado.

O "natural" do grupo é dado exatamente pelo relacionamento pessoal e de amizade existente entre os indivíduos, antes mesmo deles entrarem em contato com o Serviço de Extensão Rural. Neste sentido, o "grupo natural" é voluntário e espontâneo.

Ao contrário de outros processos de trabalho que propõem a criação de grupos como forma de viabilizar a atividade extensionista, o Sistema de Convivência simplesmente apóia-se em grupos já existentes, constituídos sem a influência norteadora do serviço. De um lado, passa a ficar sem sentido a grande angústia dos extensionistas qual seja a da manutenção dos grupos. Como mantê-los?, o quê fazer? e outras perguntas cedem lugar a um desafio de interação crescente entre o extensionista e os componentes do grupo natural. Em nenhum momento foi artificializada uma ordem social de grau menor. O desafio agora é a aceitação do extensionista pelo grupo de agricultores, sem o que o sucesso do processo de trabalho não se efetiva. Na medida em que o grupo não é da Extensão Rural e nem o extensionista é o seu criador, a convivência há de ser conquistada por este mesmo extensionista.

O desenvolvimento dos trabalhos extensionistas junto ao "grupo natural" poderá levar a que o mesmo venha a ser alterado numericamente, seja em momentos particulares seja por períodos mais duradouros. Estas diferentes formações têm um iminente caráter instrumental e não são substantivas na vida do grupo. É bom adiantar que quanto mais determinado grupo se metamorfosear, mais o mesmo deverá se reciclar a partir da sua formação original, alimentando-se dos vínculos de amizade e de relacionamento pessoal que, no fundo, lhe conferem substância e permitem identificá-lo como elemento essencial do processo de trabalho de convivência.

O desenvolvimento dos trabalhos em grupo se caracteriza pela informalidade das reuniões e do debate, pelo sentimento de cooperação e de participação nas responsabilidades comuns, apresentando como finalidade a discussão de pro-

blemas em comum e o encaminhamento de soluções que atendam o interesse da maioria⁶.

O seu caráter geográfico é localizado no sentido de quase nunca ultrapassar os limites administrativos de uma vila, distrito ou de qualquer outra sub-divisão municipal, mas a restrição territorial não é absoluta, pois indivíduos de duas comunidades diferentes podem pertencer ao mesmo "grupo natural".

A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONVIVÊNCIA⁷

A operacionalização do Sistema de Convivência se divide em duas partes. Na primeira, seleciona-se e se identificam os grupos naturais e na segunda se trata do desenvolvimento do processo de trabalho.

Procedimentos para identificação dos grupos naturais

Os objetivos do Projeto ou programa ao qual estão vinculados os extensionistas locais servirão como orientadores para uma primeira seleção de área de ação. Definidos os municípios por aquele projeto ou programa, alguns ou todos os seus distritos serão considerados como área potencial de ação. Informações sobre a potencialidade para o desenvolvimento de atividades produtivas, o estágio tecnológico das explorações, a localização em relação à sede municipal, as condições de acesso, o tamanho populacional dos distritos, entre outras, servem como indicadores para tal seleção. Vale enfatizar que o trabalho da equipe extensionista⁸ deverá estar voltado

⁶ No âmbito do Serviço de Extensão Rural, um dos conceitos mais utilizados é o de "grupo vizinhança". Ele não foi considerado tendo em vista o seu significado frente à formação político-econômica brasileira. Isto é, no nosso caso, o núcleo gerador do povoamento foi a fazenda e não a vila ou o povoado. Daí o interesse das famílias por um centro comum ter sido muito débil. Neste contexto, o isolamento e as distâncias entre núcleos de habitações tendem a fortalecer as relações de vizinhança em detrimento da comunidade". A consciência de pertencer ao grupo de vizinhança é, em certos casos, muito maior que a de pertencer à comunidade como um todo". (Rios 1957:90).

⁷ Este capítulo está baseado na proposta inicial do grupo responsável pelo Projeto "Regiões Demonstrativas", de agosto/83.

⁸ A equipe extensionista é formada por dois profissionais que cubram a área de tecnologia agropecuária e a de conhecimentos de saúde e nutrição. As atividades de organização são desenvolvidas indistintamente pelos dois profissionais.

para a família do agricultor e prever ação integrada das atividades econômicas, sociais, tecnológicas e de organização interna e externa à unidade de produção.

Selecionado geograficamente o universo potencial da ação, obedecendo aos critérios estabelecidos, a equipe extensionista vai a campo para conhecer seus limites geográficos e identificar os grupos naturais. Para tanto, o procedimento é o seguinte:

Definição dos Limites Geográficos — A equipe extensionista dirige-se ao que, de forma preliminar, se identifica como sendo o centro geográfico daquele distrito, povoado, vila ou núcleo rural (aqui, denominado genericamente, de comunidade). Ali, visita um agricultor (assistido ou não pela extensão rural), evitando afastá-lo de seu trabalho naquele momento. Após explicar o motivo da visita, a equipe identifica os limites daquela comunidade a partir do ponto de vista daquele agricultor. Isto porque, uma comunidade tal como percebida pelo técnico ou por algum informante da sede do município poderá apresentar limites e conformações diferentes quando informada pelo próprio agricultor. Neste ponto, é importante anotar quais as referências utilizadas pelo agricultor para delimitá-la: estrada, rios, montes etc. Conhecida a delimitação daquela comunidade por este processo, a equipe solicita que o agricultor relacione os moradores presentes nestes limites, com o que parte para a identificação dos grupos naturais.

Identificação dos grupos naturais

Para a identificação dos grupos naturais, explora-se o elemento central de seu conceito, qual seja o relacionamento pessoal e a amizade existente entre os indivíduos. Tal identificação é feita mediante entrevista direta com os agricultores e donas de casa, procurando-se saber quais as pessoas que gostariam que participassem de reuniões nas quais o(s) entrevistado(s) estivesse(m) presente(s).

A primeira entrevista é realizada com o agricultor anteriormente referido, morador no centro da comunidade e que auxiliou na delimitação da mesma. As demais entrevistas, ao redor de 4 ou 5, são realizadas com agricultores visitados ao acaso, porém, geograficamente distribuídos e residentes próximos aos limites geográficos de tal comunidade.

As perguntas que compõem a entrevista são:

- a) "Se fôssemos fazer uma reunião nesta comunidade e o (a) Senhor (a) fosse

participar da mesma, quais as pessoas que o (a) Senhor (a) gostaria que também participassem da reunião?"

b) "Qual a pessoa (ou pessoas) que o (a) Senhor (a) acha que poderia ajudar a convidar as demais pessoas para a reunião?"

c) "Onde poderia ser realizada a reunião?"

Cada entrevista irá permitir a identificação de um grupo natural e, em seu conjunto, se identificará os grupos naturais eventualmente existentes na comunidade. Ao comparar um grupo natural com outro é possível observar-se muitos nomes de pessoas comuns a mais de um deles. Caso exista coincidência de mais de 60% dos nomes de dois grupos, eles podem ser considerados como um só grupo natural.

Afora o fenômeno da coincidência de nomes em mais de um grupo, é possível que nomes de agricultores da comunidade não sejam indicados, pelos entrevistados, para participar das reuniões. Caso isso ocorra numa proporção elevada (acima da metade dos agricultores residentes na comunidade) é provável que tal comunidade apresente baixo grau de interação social entre seus membros. Neste caso, a ocorrência quantitativa de pequenos grupos naturais deve ser mais elevada e para identificar tal conformação é necessário ampliar o número de entrevistas.

O resultado final deste trabalho de identificação de grupos naturais levará a que se redefina os limites de cada comunidade a partir do ponto de vista do agricultor e que se mapeie a localização dos diversos grupos naturais ali existentes. No primeiro caso, os limites geográficos tanto podem ser confirmados quanto modificados, para incorporar a percepção de quem ali mora e trabalha; no segundo caso, a quantidade de grupos naturais estará em função do grau de intensidade da interação social entre os habitantes daquela porção territorial.

Como subproduto, a tabulação e análise das entrevistas fornecerá informações que permitem identificar, além dos grupos naturais não só as pessoas mais citadas pelos entrevistados mas também aquelas indicadas para ajudar no convite às reuniões. A utilização que se faz deste cotejo é, em primeiro lugar, o confronto entre os líderes com os quais o Serviço de Extensão Rural vinha trabalhando e as pessoas mais indicadas pelos entrevistados. Neste caso, tem-se notado que pessoas tidas como líderes pelo extensionista deixam de comparecer com a frequência correspondente nas indicações dos agricultores. Nestes casos, a liderança está alicerçada em

alguma função fundamental desempenhada pelo indivíduo para a comunidade: em geral, trata-se de um comerciante, um caminhoneiro, um agiota etc. Isto, entretanto, deixa de ser levado em conta quando o critério de nomear pessoas é o relacionamento pessoal de amizade, conceito central do grupo natural.

No trabalho com grupos naturais, não há a prévia definição de líderes específicos para o prosseguimento da ação extensionista. A identificação ocorre posteriormente à definição do grupo natural. Além do mais, no decorrer da ação tal ou tais indivíduos não são chamados de líderes como era o costume nem a eles é conferido o destaque para o estudo da realidade, para o planejamento das atividades, para os treinamentos etc. Estas atividades são desenvolvidas com todo o grupo⁹.

O indivíduo indicado pelo grupo para ajudar no convite às reuniões é um elemento do trabalho convencional que permanece no Sistema de Convivência.

Processo de trabalho do sistema de convivência

Aqui se tratará do desenvolvimento da ação extensionista segundo o Sistema de Convivência, conforme fase f, da introdução deste documento.

Este processo de trabalho requer que os extensionistas permaneçam o mínimo de seis horas com os agricultores e suas famílias, naqueles dias em que se deslocarem para campo, qualquer que seja a atividade a ser ali desenvolvida. O prolongamento da presença dos extensionistas no campo, que levará à convivência com o agricultor, com sua família e sua comunidade, tem como objetivo conhecer a realidade de vida e de trabalho da população alvo.

Para que isso ocorra, é necessário que os extensionistas alcem na comunidade e acompanhem o agricultor e sua esposa aos seus respectivos locais de trabalho. Outra forma de aproximação entre os extensionistas e o agricultor se dá através de um **dia de trabalho** com a família do agricultor. Com estes procedimentos, os extensionistas observam tecnologias, aprendem atitudes e comportamento das famí-

⁹ Alerta-se para as sensíveis diferenças existentes entre as propostas de grupos naturais e de líderes naturais, ao contrário do que poderia sugerir a adjetivação comum. Esta última, de uso tradicional pelo Serviço de Extensão Rural, tem sido objeto de reconsiderações nos últimos anos pela primazia dispensada ao líder, em detrimento do grupo. Um bom exemplo da defesa desta linha tradicional pode ser vista em Cavalheiro (1982).

lias, ganham confiança dos agricultores e aprendem a manejar os instrumentos de trabalho utilizados no dia-a-dia da produção. Ao final da tarde, reúnem-se agricultores e extensionistas para debaterem assuntos de interesse comum. O assunto da reunião do fim do dia pode estar relacionado com problemas detectados nas visitas realizadas durante o dia, com temas que os extensionistas queiram dirigir ao grupo ou com tópico solicitado pelos próprios agricultores.

Pode-se dividir o processo de trabalho dos Sistemas de Convivência nas fases de implantação e de operacionalização. Além disto, convém destacar a existência de instrumentos específicos de trabalho e de um conjunto de atividades ajustadas ao ritmo do desenvolvimento das ações.

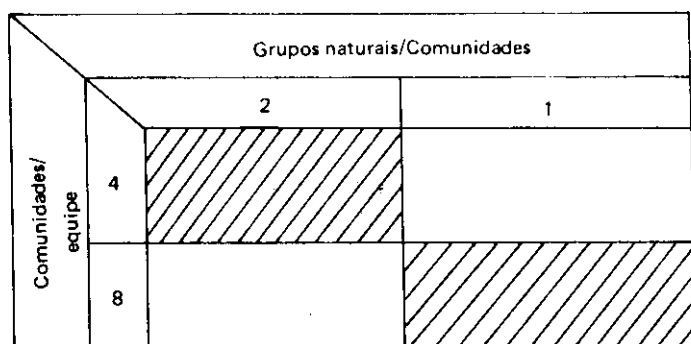
As fases do Sistema de Convivência — A fase inicial, que é de implantação do Sistema de Convivência, depende de uma capacitação preliminar da equipe extensionista para a operacionalização deste processo de trabalho e do estabelecimento de referenciais da abrangência da ação extensionista.

Durante a capacitação das equipes se procurará refletir criticamente sobre o processo de trabalho até então em uso, assim como sobre os méritos, potencialidades e limitações do Sistema de Convivência para uma situação localizada.

A abrangência, por sua vez, irá ser dada pela quantidade de extensionistas num determinado escritório local. Em princípio, cada equipe consegue assistir de 4 a 8 comunidades, de forma sistemática e efetiva. Esta amplitude de variação está em função da periodicidade de assistência ser semanal ou quinzenal. Nas localidades onde o Sistema de Convivência está implantado, tem-se observado que a periodicidade de maior frequência é a quinzenal, por sinal a máxima aceitável. Em cada comunidade, a equipe extensionista assiste a um ou, no máximo, a dois grupos naturais.

Em função disto, a relação técnico/beneficiário gira em torno de 120-150 beneficiários por equipe. Como a presença deste tipo de trabalho tem sido bem aceito entre os comunitários (Rogers et al. 1984), o número final de agricultores por equipe tem crescido por conta de outros agricultores extra-grupo, que pouco a pouco a ele se agregam durante o desenvolvimento das ações e/ou da reprodução das atividades em outras comunidades, mesmo sem o concurso do extensionista.

No caso de não se dispor do mesmo número de extensionistas com distinta formação profissional para compor uma equipe de campo, parte dos grupos naturais deverá ser atendida por apenas um extensionista ao invés da equipe. Não é recomendável que a periodicidade de ida do extensionista de formação profissional específica existente em menor número às comunidades seja elástica para além dos 15 dias já referidos; é preferível que a presença do Serviço de Extensão Rural se faça apenas pelo profissional em maior proporção no escritório local.



A fase de implantação do processo de trabalho se inicia com o conhecimento da realidade em que vive a família do agricultor. Tal como qualquer fase de um trabalho extensionista, esta também não é estanque nem isolada das demais. É parte integrante da ação e o conhecimento adquirido neste momento específico é apenas parte do conhecimento global que só a convivência com o agricultor ao longo do ano possibilita aprofundar. Para tanto, a equipe visita cada uma das famílias pertencentes ao grupo natural, procurando conhecer os aspectos mais salientes da realidade de vida e de trabalho. Mais objetivamente, observam e perguntam ao agricultor e à dona de casa o que estão fazendo, como o fazem e porque o fazem. A partir da reunião de dados e fatos relativos à vida das famílias dos agricultores, os extensionistas devem ter capacidade para inferir a situação específica e os fatores dominantes da comunidade onde desempenham suas funções. Esta inferência deve ser participativa e estimular os próprios agricultores a obterem suas próprias conclusões.

O momento seguinte da fase de implantação se dá com a formulação do convite aos agricultores para a primeira reunião do grupo natural, feito pelo extensio-

nista e com o apoio do indivíduo apontado nas entrevistas para o auxiliar nesta tarefa. As finalidades precípuas desta reunião são as de:

- a) explicar o resultado das entrevistas aplicadas para formação dos grupos;
- b) identificar as necessidades individuais, grupais e comunitárias;
- c) expor e discutir o funcionamento do processo de trabalho a ser adotado; e
- d) identificar algumas atividades iniciais que possam servir como objeto de discussão das próximas ocasiões e elementos de composição do plano de trabalho a ser estabelecido durante o decorrer da ação.

A fase de implantação termina com o fim desta primeira reunião. Daí em diante, passa a ter início a operacionalização do Sistema de Convivência. Os dados objetivos com os quais a equipe extensionista conta para dar prosseguimento ao seu trabalho são as características de cada grupo, seu grau de aspiração, os interesses e necessidades de seus membros e o potencial produtivo dos estabelecimentos (a disponibilidade de água e a posse da terra são cruciais no semi-árido nordestino). Com isso, diferentes situações poderão se apresentar e a recomendação geral é que cada grupo planeje atividades adequadas às suas condições.

Nada se poderá pré-estabelecer como atividades comuns ao grupo. Nem se poderá, de início, asseverar que elas serão de natureza agropecuária. Há casos em que a equipe extensionista depara com situações específicas nas quais a sobrevivência de determinado grupo depende da fabricação de tijolos, fabricação de produtos de artesanato, caça, pesca ou outra qualquer. A convivência dos extensionistas com os agricultores não deve ser prejudicada por este tipo de contingência. Ainda assim, cabe um papel ao extensionista e ele deve procurar desempenhá-lo. Quando o caso é de atividades agropecuárias — e esse tende a ser predominante fora dos períodos críticos — a equipe procurará estudar a viabilidade de desenvolver métodos complexos de extensão rural, tais como unidades demonstrativas e/ou propriedades demonstrativas. Ao lado disso, hortas e lavouras comunitárias, obras e trabalhos coletivos devem ser estimulados pelos extensionistas. É válido enfatizar que, quaisquer que sejam as atividades previstas com a participação dos grupos naturais, a equipe deverá listar o (s) nome (s) da (s) pessoa (s) interessada (s) em participar de uma ou mais atividades e que darão origem a subgrupos oriundos de um determinado grupo na-

tural. Em qualquer situação, as atividades devem ser o produto do **pensamento conjunto** do agricultor e extensionista, dentro de um modelo participativo de planejamento e execução assegurando que o processo de comunicação seja de caráter dialógico ou dentro de um sistema convergente de comunicação.

O ritmo, o rumo e a velocidade de "crescimento" dos grupos não pode ser estabelecido a priori. Por isso mesmo, vale dizer que no seu desenvolvimento, a equipe poderá lançar mão dos instrumentos e atividades a seguir comentadas.

Os instrumentos do Sistema de Convivência

Destacam-se alguns instrumentos de trabalho que tem sido usados com maior frequência sem eliminar no entanto a ampliação ou alteração do que ora é apresentado.

a) Calendário Fixo

Cada extensionista tem um calendário de trabalho, no qual fica estabelecido o dia da semana ou da quinzena em que cada comunidade assistida será visitada. Este dia é fixo, daí o qualificativo do calendário. Assim, se o dia marcado pela comunidade X é uma terça-feira, implica dizer que em todas as terças feiras do mês, o extensionista estará presente naquela comunidade. No caso da periodicidade ser quinzenal, será promovida a adequação necessária (como, p. ex., terça-feira sim, terça-feira não). Desta fixação de datas decorrem as seguintes vantagens:

- I) Sistematização da ida do técnico à comunidade;
- II) disciplinamento do uso do tempo do extensionista;
- III) maior integração do extensionista com o agricultor e a comunidade; e
- IV) maior nível de confiabilidade do extensionista perante o público alvo¹⁰.

¹⁰ O Calendário Fixo é uma proposta original do processo conhecido como "Capacitação e Visita", proposta por Benor & Harrison (1977) e sugerido à EMBRATER por Ernest Sagiv, Dirigente do Serviço de Extensão Israelense, em 1982/83.

b) Plano de Trabalho

Cada equipe extensionista desenvolverá um plano de trabalho. Este plano terá uma periodicidade anual, onde ficam registradas as atividades dos grupos naturais assistidos pela equipe. De forma complementar, é recomendável que tal plano seja revisto e decomposto para períodos mais curtos sendo aceitável a periodicidade mínima de um mês. O plano de trabalho deverá ser reformulado sempre que o técnico, em sua convivência, na área de trabalho, observe a necessidade de incluir ou eliminar atividades de interesse dos agricultores.

c) Plano da Unidade Demonstrativa (UD)

Este plano se aplica naqueles casos em que fizer sentido implantar a UD. É fundamental que no planejamento da unidade de produção, a mesma seja vista como um todo e que os melhoramentos preconizados contemplem aspectos econômicos e sociais (culturas, criações e melhoramento do lar). Este plano deverá surgir da interação dos conhecimentos dos extensionistas (locais, dos assessores regionais e/ou estaduais) e dos agricultores, numa visão de sistema de exploração integrada da unidade de produção. Os conhecimentos que o agricultor dispõe de sua unidade de produção, suas apreensões face aos riscos advindos das mudanças, a tecnologia que adota, a forma de ocupação do tempo ao longo do ano, a participação da família nas atividades produtivas, entre outros, serão levados em consideração pelo extensionista ao propor um plano. Vale enfatizar que o extensionista elaborará o plano com o agricultor e não mediante o preenchimento de um simples formulário.

d) Plano de Difusão

Ao promover a instalação de um método complexo, os extensionistas deverão ter em mente a sua utilização como ponto difusor de sistemas de exploração. Ele deve se constituir em um exemplo para a comunidade e representará um centro de aprendizagem, onde os demais agricultores venham a se reunir, observar e aprender o objeto da difusão. Para tanto, os extensionistas elaborarão um plano de difusão, que consiste em um calendário de visitas e reuniões a serem promovidas para apresentar e discutir os temas de interesse.

Atividades do Sistema de Convivência

As atividades estão divididas entre aquelas desempenhadas pela equipe junto

aos agricultores e suas famílias e as de caráter interno, envolvendo apenas os extensionistas locais, regionais e estaduais. As primeiras compreendem basicamente as reuniões e as visitas. As reuniões são realizadas com os agricultores e suas famílias para apresentação de temas relativos à tecnologia agropecuária e/ou a conhecimentos de saúde, alimentação e outros voltados para a complementação da renda familiar. Afora estes, a organização da produção ou a organização dos agricultores para decisão de assuntos de interesse comunitário também deve participar como tema das reuniões.

Por sua vez, as visitas poderão ser feitas pelos extensionistas tanto aos agricultores em suas unidades de produção quanto naqueles estabelecimentos onde eventualmente esteja implantado algum método complexo de tipo UD, por exemplo. Sejam as visitas, sejam as reuniões, as mesmas devem ser desenvolvidas como sugerem os manuais de metodologia do Serviço de Extensão Rural.

As atividades de caráter interno dividem-se em reuniões semanais das equipes locais e regionais, mensais das equipes regionais de extensionistas e em outras, de periodicidade bi ou trimestral entre as equipes locais e regionais, juntas.

As reuniões semanais dos extensionistas visam:

- avaliar o trabalho da semana anterior e programar o da próxima;
- dar conhecimento do trabalho a todos os extensionistas do escritório;
- aperfeiçoar a integração das equipes;
- solucionar problemas pessoais e/ou administrativos.

As reuniões mensais dos extensionistas regionais visam:

- analisar as atividades rotineiras dos supervisores;
- dar conhecimento do trabalho a todos os extensionistas do escritório regional;
- elaborar o calendário mensal de supervisão.

As reuniões bi ou trimestrais, comuns a extensionistas locais e regionais, visam:

- analisar o trabalho realizado, segundo relato dos extensionistas;
- propor soluções aos problemas identificados;
- capacitar e treinar as equipes naqueles assuntos definidos como pendentes de aperfeiçoamento.

CONCLUSÃO

O Sistema de Convivência, tal como definido neste documento, é uma alternativa concreta de um processo de trabalho organizado para o Serviço de Extensão Rural atuar junto às populações de agricultores.

A partir da identificação dos interesses dos agricultores, organiza-se o Serviço Extensionista de forma a sistematizar e aprofundar a interação dos Extensionistas com os agricultores e suas famílias de molde a criar as condições para a realização das potencialidades do público a ser assistido.

Afora os aspectos focalizados, o êxito e a continuidade do processo de trabalho dependem da montagem de um sistema de supervisão correspondente, o que entretanto não é objeto deste documento, devendo ser tratado em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ARCE, A.M. *Sociologia y desarrollo rural*. Turrialba, IICA, 1962. 131p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. *Expressões e termos*. Rio de Janeiro, 1966. 38p. Mimeografado.
- BAPTISTA, M.V. *Desenvolvimento de comunidade*. Estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global. 3.ed. rev. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. p.44-51.
- BENOR, D. & HARRISON, J.Q. *Extension agrícola*. Sistema de capacitación y visitas. Washington, Banco Mundial, 1977. 64p.

- CAVALHEIRO, C.N.R. **Mecanismos informais na difusão de tecnologia agropecuária em oito comunidades rurais de Santa Catarina.** Viçosa, UFV, 1982. 74p. Tese Mestrado.
- DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1961. 377p.
- KELSEY, L.D. & HEARNE, C.C. **Serviço de extensão cooperativa.** Curso de extensão. Rio de Janeiro, USAID, 1966. 420p.
- PINTO, J.B.G. **Reflexões sobre desenvolvimento social, trabalho com grupos e ação comunitária.** Recife, OEA/SUDENE, 1980. 34p. (Projeto DRIN - Brasil, Documento A-3). Mimeografado.
- QUESADA, G.M. **Comunicação e comunidade: mitos de mudança social.** São Paulo, Loyola, 1980. 94p. (Série Comunicação, 9).
- RIOS, J.A. **A educação dos grupos.** Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1957. 312p.
- RIOS, J.A. **A sociologia rural no Brasil.** Sua evolução, principais problemas e situação atual. Brasília, Ministério da Agricultura, 1972. 217p. Mimeografado.
- ROGERS, E.M.; CAVALCANTI, C.P.B. et alii. **O sistema de convergência em extensão rural e a seca no nordeste brasileiro.** Brasília, EMBRATER/Stanford University, 1984. 49p.